

2023-2024

04.

Apresentação

05.

Mensagem da Presidência

06.

Metodologia



07.

Diretrizes para produção de conhecimento

09.

Tema 1: Democracia, participação e representação político-partidária

10.

Tema 2: Profissionalização e regulamentação do *lobby*

11.

Tema 3: Estratégias nas relações com Executivo, Legislativo e Agências Reguladoras 12.

Tema 4: Estratégias nas relações com governos subnacionais

13.

Tema 5: Transparência, integridade e *compliance* em relações governamentais

14.

Tema 6: ESG e relações governamentais

15.

Tema 7: Diversidade e inclusão nas relações governamentais

16.

Tema 8: Tecnologia e digitalização das relações governamentais

17.

Tema 9: Mídia e relações governamentais

18.

Tema 10: Tendências e boas práticas em relações governamentais





A Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2023-2024 é o instrumento por meio do qual o Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) organiza e prioriza a produção de conhecimento sobre a atividade.

O propósito do instituto, definido em seu Planejamento Estratégico 2022-2026, é produzir e difundir conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas com foco na profissionalização da atividade, no aperfeiçoamento das relações público-privado, na promoção das boas práticas regulatórias e no debate de políticas públicas horizontais, fortalecendo a reputação das e dos profissionais.

Nesse sentido, o IRELGOV definiu que os projetos para produção de conhecimento seriam orientados por uma Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas, construída e validada com as associadas e os associados e o Conselho Deliberativo, e publicada pelo instituto a cada dois anos, coincidente com o período de cada gestão.

Esta é a primeira edição da agenda. Foram priorizados dez grandes temas da área, detalhados ao longo do documento.



MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Caro(a) associado(a),

É com muito orgulho e esperança que publicamos essa primeira edição da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do IRELGOV para o biênio 2023-2024.

Este documento é fruto do trabalho intenso e colaborativo de dezenas de associadas e associados, que investiram horas voluntárias para apoiar o instituto a realizar sua missão institucional como primeiro *think tank* de relações governamentais do Brasil.

Além disso, a agenda marca, para as associados e os associados, a primeira grande entrega decorrente do Planejamento Estratégico 2022-2026, elaborado pela gestão que esteve à frente do Conselho Deliberativo do IRELGOV no biênio 2020-2022.

Um dos compromissos da nossa gestão é com a continuidade do legado que nos foi passado pela gestão anterior e com seu fortalecimento até a próxima gestão.

Nosso objetivo é que o IRELGOV seja, cada vez mais, reconhecido por sua ética e competência na produção e difusão de conhecimento sobre relações governamentais, no Brasil e no exterior, sempre atuando em consonância com suas associadas e seus associados, em parceria com instituições congêneres e em diálogo constante com os Poderes da República, o setor privado, a sociedade civil organizada e a imprensa.

Desejo a você uma boa leitura!

Jorge Lima

Presidente



A Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2023-2024 foi elaborada por um Grupo de Trabalho (GT) constituído em 2022, liderado pelo Diretor de Conteúdo e com a participação das associadas e dos associados.

Na primeira etapa do trabalho, o GT elaborou os instrumentos básicos da gestão do projeto, guiando-se pela metodologia utilizada na implementação do Planejamento Estratégico 2022-2026.

Em seguida, o grupo preparou um documento para balizar as atividades do IRELGOV, como forma de contribuir para um ambiente de discussões de alto nível para as associadas e os associados e a comunidade de relações governamentais no Brasil.

A partir desse documento, foram analisados os resultados das sondagens, realizadas entre 2021 e 2022, junto com associadas e associados, bem como das pesquisas sobre as principais temáticas presentes na comunidade de relações governamentais brasileira e em outros países.

O GT também levou em conta artigos publicados na imprensa brasileira concernentes às relações governamentais e temáticas abordadas em publicações internacionais, como a revista Interest Groups and Advocacy e os sites do National Institute for Lobbying and Ethics e do Public Affairs Council.

O levantamento e a análise das informações resultaram na definição de dez temas com seus respectivos subtemas específicos. Neste documento, o IRELGOV apresenta a relevância dos temas para os profissionais de relações governamentais e o escopo da produção de conhecimento que o instituto pretende realizar.

Desse modo, o IRELGOV, como um *think tank* de base associativa, cumpre seu propósito de produzir e difundir conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas.





DIRETRIZES PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Ao produzir, debater e difundir conhecimento sobre os dez temas detalhados na Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2023-2024, o IRELGOV se guiará pelas seguintes diretrizes:

- 1. Foco na geração de impacto positivo e transformação da atividade, do profissional, das organizações e da reputação do instituto;
- 2. Atenção especial à produção e difusão de conhecimento voltado à formação e ao aperfeiçoamento do profissional e das organizações;
- 3. Transparência, ética e integridade na produção, debate e difusão do conhecimento;
- 4. Estímulo e respeito ao diálogo e ao debate de diferentes temas, teses e posicionamentos;
 - 5. Estímulo e respeito à diversidade e inclusão;
- **6.** Honestidade intelectual e rejeição a qualquer tipo de ataque de natureza pessoal ou institucional; e
- **7.** Refutação de temas, teses e posicionamentos que atentem contra o Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal e seus princípios e garantias fundamentais, a legislação infraconstitucional vigente e os documentos fundadores do IRELGOV, incluindo seu Estatuto Social e Carta de Princípios.



TEMAS



Tema 1:

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Contexto

No Brasil, é cada vez mais frequente a preocupação com o estado e direção da democracia. Na plataforma de busca do Google, o interesse por "democracia" atingiu seu pico histórico em setembro de 2021. Nos últimos meses, os níveis de buscas estão acima dos maiores picos dos últimos 15 anos. Além disso, o país avalia mudanças nas regras eleitorais e discute sistemas de representação. Há propostas sobre a adoção do sistema parlamentarista, há tensão entre os Poderes da República e, ao mesmo tempo, são observados no Brasil os efeitos da aplicação da cláusula de barreira e uma reacomodação dos partidos políticos às novas regras eleitorais, além das discussões sobre a emenda do relator no Orçamento-Geral da União. Em outros países, a preocupação com a democracia também é presente e constante.

Objetivo

Discutir o impacto de propostas de alteração do sistema político, modificações da legislação eleitoral, crises entre Poderes da República, distorções na representação, mecanismos de participação e acesso, confiança nas instituições e o impacto desses fatores para a atividade de relações governamentais.

- Mecanismos de participação e acesso aos decisores;
- Distorções da representação e impacto no *lobby*;
- Participação na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas;
- Mudanças e confiabilidade no sistema político;
- Riscos à democracia e às instituições democráticas;
- Confiabilidade das pesquisas de aferição de opinião pública e sua influência no sistema político, em eleições e na definição de políticas públicas; e
- Papel do IRELGOV na proteção, promoção e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação da democracia.



Tema 2:

PROFISSIONALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO *LOBBY*

Contexto

A regulamentação do *lobby* no Brasil tem sido amplamente debatida no Congresso Nacional. Foi apresentado, em 2021, um novo projeto e o texto de um novo relatório foi aprovado na Câmara em novembro de 2022. O texto aprovado avançou até a fase do relatório do relator e incorporou algumas das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre *lobby*. Em paralelo, há um entendimento crescente por parte da sociedade sobre a importância da regulamentação do *lobby*. Além disso, a comunidade de profissionais de relações governamentais tem se manifestado, de forma sistemática, sobre o escopo e cláusulas dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. O movimento pela regulamentação é mais um incentivo para a progressiva profissionalização da atividade, amparada na necessidade da formação e aperfeiçoamento constante do profissional e das organizações.

Objetivo

Aprofundar os debates sobre os modelos da regulamentação do *lobby* e impactos sobre a atuação profissional no Brasil, assim como sobre a formação do profissional.

- Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de relações governamentais, incluindo perfil, competências e habilidades;
- Modelos organizacionais para relações governamentais; e
- Modelos e impactos da regulamentação do lobby no Brasil e no exterior.



Tema 3:

ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES COM EXECUTIVO, LEGISLATIVO E AGÊNCIAS REGULADORAS

Contexto

Uma percepção frequente no Brasil é a necessidade de especialização de profissionais de relações governamentais para atuarem nas agências reguladoras, dado seu escopo e profundidade setorial. Além disso, em razão de novos modelos de relação entre o Executivo e o Legislativo, com mais protagonismo do Congresso Nacional na formulação de políticas públicas, as estratégias adotadas pelos profissionais de relações governamentais precisam se adaptar e, por vezes, requerem maior nível de especialização. Em paralelo a essas mudanças, há o ganho de relevância da atuação da sociedade civil organizada na defesa de interesses. Tais mudanças geram dificuldades na gestão de informações e nuances na criação de estratégias de atuação.

Objetivo

Aprofundar e debater modelos de análise preditiva e técnicas de gestão de *stakeholders*, e municiar profissionais com as melhores ferramentas para atuações especializadas.

- Modelos de estratégia e técnica para atuação especializada;
- Comportamentos e atitudes de acordo com os objetivos estratégicos;
- Identificação, gestão e monitoramento de stakeholders;
- · Estratégias para atores não-políticos;
- Relacionamento com stakeholders internos à organização;
- Estratégias de construção de coalizões e associativismo; e
- Modelos de indicadores-chave de desempenho.



Tema 4:

ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES COM GOVERNOS SUBNACIONAIS

Contexto

De modo semelhante ao tema anterior, os profissionais de relações governamentais entendem as características e requisitos específicos para a construção de cenários e agendas locais, inclusive as limitações técnicas ao monitoramento de questões em entes subnacionais e à identificação de nuances no relacionamento com *stakeholders*.

Nos governos subnacionais, as teias partidárias se fazem ainda mais visíveis com o seu emaranhado de conexões entre as esferas municipal, estadual e federal. Inclui-se aqui presença de prefeitos e deputados estaduais em Brasília na defesas de políticas públicas nacionais com impacto local, e também o oposto, idas e vindas dos deputados federais e senadores até suas bases eleitorais nos municípios.

Essa preocupação com especificidades da política local também está presente em outros países, inclusive em razão da intensa participação política local da sociedade civil, das entidades sindicais, dos institutos voltados para ensino e pesquisa, dentre outros.

Objetivo

Iniciar debates sobre modelos de análise preditiva, aprofundar técnicas de gestão de *stakeholders*, e municiar os profissionais com as melhores ferramentas para atuações no âmbito dos entes subnacionais.

- · Construção de agenda local e mecanismos de influência;
- · Estratégias de monitoramento de agendas e questões locais;
- Relacionamento e lobby entre entes federados;
- Gestão de **stakeholders**; e
- Participação social na formulação de políticas públicas.



Tema 5:

TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Contexto

Existe um grande vácuo na pesquisa sobre compliance, transparência e integridade aplicados à atividade de relações institucionais e governamentais. Parecem ser necessárias adaptações das regras gerais de compliance para que a atividade seja desempenhada de forma ética e legal, mas também efetiva. Muitos profissionais, na prática, conseguiram esse equilíbrio, sendo a sistematização e difusão desse conhecimento relevante para a evolução da atividade no Brasil.

Objetivo

Promover a discussão profunda de como os preceitos internacionalmente aceitos de transparência, integridade e *compliance* devem ser aplicados no cotidiano do profissional. Sistematizar e difundir o conhecimento desenvolvido na prática pelos profissionais em relação à aplicação das regras de transparência, integridade e *compliance*.

- Privacidade e proteção de dados no mapeamento de stakeholders e definição de estratégias;
- Compliance aplicado no engajamento direto junto à tomadores de decisão;
- Compliance e financiamento da política;
- Modelos de gestão de riscos de informação e reputação;
- Modelos de compliance;
- Acesso a dados públicos e abertos; e
- O papel do Irelgov no debate sobre transparência e integridade.



Tema 6:

ESG E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto

Desde 2020, o interesse por ESG foi multiplicado por 20 no Brasil, acompanhando uma tendência que já se verificava no resto do mundo desde 2018. Como se trata de uma preocupação crescente nas empresas, alinhada com a atuação junto a *stakeholders* estratégicos e com a regulação governamental, o tema passou a exigir do profissional de relações governamentais competências específicas para liderá-lo dentro das organizações e garantir o alinhamento dos relatórios de sustentabilidade aos objetivos das empresas, trazendo melhores práticas e métricas precisas (atentando-se à possíveis fraudes, como o *greenwashing*), bem como incluindo a percepção dos *stakeholders*.

Objetivo

Aprofundar a relação entre ESG e relações governamentais, fomentar o debate sobre como ESG deve fazer parte da estratégia de relacionamento com *stakeholders* e sua inclusão na agenda promovida pelas áreas de relações governamentais, e discutir a necessidade de os profissionais liderarem esse processo nas organizações dada suas implicações reputacionais.

- Interconexão entre ESG e relações governamentais;
- Responsabilidade corporativa, capitalismo consciente e capitalismo de partes interessadas;
- ESG como parte da estratégia de relacionamento com **stakeholders**;
- · Agenda de sustentabilidade e meio ambiente em relações governamentais;
- · Agenda social em relações governamentais;
- · Agenda de governança em relações governamentais;
- · Criação de parâmetros para ESG e relatórios de sustentabilidade; e
- O papel do IRELGOV no debate sobre ESG.



Tema 7:

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto

Os temas de diversidade, equidade e inclusão têm sido considerados uma tendência da área em todo o mundo. No Brasil, cuja maior parte da população é negra, mas com pouco acesso a postos de comando e representação política, e onde há também evidente sub-representação de mulheres e população LGBTQI+, é ainda mais necessário promover a pauta de diversidade e inclusão, inclusive como parte essencial e destacada da promoção de ESG. O protagonismo de pessoas de grupos sub-representados deve ser levado em conta. Além disso, é importante entender que não há mais espaço para um mundo corporativo que não reflita a diversidade da humanidade.

Objetivo

Fomentar o debate sobre como diversidade e inclusão devem fazer parte da estratégia de relacionamento com *stakeholders*, como os profissionais devem promover essas agendas junto aos *stakeholders* e como devem liderar o tema em suas organizações.

- Papel de relações governamentais na promoção da agenda de diversidade e inclusão nas organizações;
- · Diversidade e inclusão na área de relações governamentais;
- Políticas de diversidade e inclusão na agenda de políticas públicas; e
- Papel do IRELGOV na promoção da inclusão de grupos sub-representados no processo de formulação de políticas públicas.



Tema 8:

TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto

A discussão a respeito dos novos modelos de *lobby* e a necessidade do uso de ferramentas tecnológicas em relações governamentais se aprofundou com a democratização de acesso a dados e com a implementação de estratégias de governo digital ao redor do mundo. A pandemia de Covid-19 fortaleceu ainda mais essa necessidade de atuação com monitoramento, incidência e análise de resultado com ferramentas de inteligência artificial, a ponto de criar modelos distintos e complementares de atuação da área, percebidos assim em todo o mundo. Esses novos modelos criam novos *stakeholders*, que atuam digitalmente como reforço aos mais diversos grupos de pressão.

Objetivo

Mapear e aprofundar o uso de ferramentas e modelos que municiem os profissionais de relações governamentais com as melhores informações e técnicas de atuação nesse contexto, além de discutir mais profundamente as mudanças que essas técnicas acabam gerando na atividade em si.

- · Processo de digitalização e tecnologia nas políticas públicas;
- Transformação digital e impacto (estratégias e técnicas) na área de relações governamentais;
- E-lobbying versus in-person lobby;
- Estratégias de advocacy digital e grassroots digital;
- Comunicação e engajamento de novos influenciadores e decisores nos ambientes digitais;
- **Data-driven** na formulação de estratégias, análise de efetividade das políticas, avaliação e impacto das estratégias e políticas;
- Utilização de dados para análise de efetividade das políticas e impacto regulatório;
- Mensuração e dados para avaliação das estratégias de relações governamentais; e
- Novas fronteiras tecnológicas (análise de redes, visualização de dados, inteligência artificial, metaverso, etc).



Tema 9:

MÍDIA E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto

Novas realidades criam novos atores para além da política tradicional. Com cobertura mais intensa do *lobby* pela imprensa, além de uma crise de confiabilidade da imprensa tradicional, o profissional de relações governamentais precisa entender melhor o papel da mídia na execução e criação de estratégias de defesa de interesses. O relacionamento com a imprensa passa a ser estratégico para atingimento de objetivos de grupos de interesse e o *lobby* passa a ter um papel no fortalecimento da imprensa profissional como vetor de promoção da democracia.

Objetivo

Discutir o papel da imprensa na execução de estratégias de atuação, aprofundar o relacionamento do profissional de relações governamentais com a mídia, e apresentar o IRELGOV como interlocutor com canais de comunicação e na construção de reputação da atividade.

- Papel da imprensa na cobertura das atividades de relações governamentais;
- Estratégias de relacionamento com a mídia;
- Infodemia e ecossistema de desinformação, e seus impactos nas estratégias de relações governamentais;
- Papel dos profissionais na valorização da mídia profissional;
- O impacto dos novos canais de comunicação para as estratégias de relações governamentais; e
- O IRELGOV como interlocutor com a mídia e construção reputacional.



Tema 10:

TENDÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS EM RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto

O mundo tem enfrentado uma série de desafios que impactam diretamente a atividade de relações governamentais. Nenhum país foi poupado da pandemia de Covid-19 ou de suas consequências econômicas. As mudanças climáticas tornaram-se ainda mais agudas, com um número recorde de desastres naturais, incluindo incêndios, furacões e secas. A instabilidade geopolítica fragiliza as estruturas de comércio internacional e o ambiente de competitividade das economias. As transformações tecnológicas implicam em novos desafios e dilemas para a formulação das políticas públicas e os processos democráticos. Em um ambiente de incerteza, o acompanhamento de tendências e riscos é cada vez mais importante para a tomada de decisão nas organizações.

Objetivo

Compreender as principais tendências, oportunidades e desafios para os profissionais. Além disso, promover e divulgar boas práticas para o fortalecimento da rede de profissionais de relações governamentais no Brasil.

- Acompanhamento das tendências e inovações na área de relações governamentais;
- Promoção e divulgação das boas práticas e de casos de impactos para a área de relações governamentais; e
- Análise dos riscos e desafios para os profissionais de relações governamentais.

SOBRE O IRELGOV

Primeiro think tank de relações governamentais do Brasil, o IRELGOV é composto por pessoas físicas e jurídicas, preocupadas em elevar a competência e padrões éticos do setor. Os associados desenvolvem projetos e publicações, aumentando sua visibilidade e reconhecimento dentro e fora do Instituto. O IRELGOV acolhe e valoriza ideias, experiências e conhecimento dos profissionais de RIG (Relações Institucionais e Governamentais), criando o ambiente necessário para a construção de relacionamentos.

Expediente

André Eler Denilde Holzhacker Gisela Martinez Thomaz D'Addio

ConselhoJorge Lima

Anna Paula Losi
Carlos Lima
Verônica Hoe Lopes
Diego Zancan Bonomo
Denilde Holzhacker
Wagner Parente Filho
Gisela Martinez
Paulo Homem
Silvia de Toledo Fagnani

Revisão e Diagramação Arteiras Comunicação

GT Agenda

Rafael da Costa Lima João Nicomedes Valeri Sanches Guilherme Artur Gasel Martins Bárbara Rodrigues Lima Teles Mauricio Niel Luciano Pedregal Leonardo Genofre Claudia Cristina Belchior Brina Deponte Leveguen Mauricio Mendonça Helga Franco André Eler Denilde Holzhacker Mariana Guimarães Wagner Parente Tamiris Gerolimich Leandro Gabiat Gabriel Quiliconi

Agradecemos o apoio na elaboração da Agenda IRELGOV.

CONTATO

Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33 – sl. 151 Itaim Bibi - São Paulo - SP CEP 04530-904

Fone: +55 11 98536-0012 / +55 11 99157-0920

E-mail: irelgov@irelgov.com.br associados@irelgov.com.br

